



**3° SIMULADO**  
**Delegado PC MG**

# Simulado PC-MG

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-MG;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCMG-20-11-2021>**

01 – A B C D  
02 – A B C D  
03 – A B C D  
04 – A B C D  
05 – A B C D  
06 – A B C D  
07 – A B C D  
08 – A B C D  
09 – A B C D  
10 – A B C D  
11 – A B C D  
12 – A B C D  
13 – A B C D  
14 – A B C D  
15 – A B C D  
16 – A B C D  
17 – A B C D  
18 – A B C D  
19 – A B C D  
20 – A B C D

21 – A B C D  
22 – A B C D  
23 – A B C D  
24 – A B C D  
25 – A B C D  
26 – A B C D  
27 – A B C D  
28 – A B C D  
29 – A B C D  
30 – A B C D  
31 – A B C D  
32 – A B C D  
33 – A B C D  
34 – A B C D  
35 – A B C D  
36 – A B C D  
37 – A B C D  
38 – A B C D  
39 – A B C D  
40 – A B C D

41 – A B C D  
42 – A B C D  
43 – A B C D  
44 – A B C D  
45 – A B C D  
46 – A B C D  
47 – A B C D  
48 – A B C D  
49 – A B C D  
50 – A B C D  
51 – A B C D  
52 – A B C D  
53 – A B C D  
54 – A B C D  
55 – A B C D  
56 – A B C D  
57 – A B C D  
58 – A B C D  
59 – A B C D  
60 – A B C D

61 – A B C D  
62 – A B C D  
63 – A B C D  
64 – A B C D  
65 – A B C D  
66 – A B C D  
67 – A B C D  
68 – A B C D  
69 – A B C D  
70 – A B C D

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Cláudio Tusco

**01.** Determinado gestor público, no exercício de suas funções, não obstante provocado pelo Ministério Público, deixou de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. De acordo com a Lei nº 8.429/92, em tese, o agente público:

- a) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de tipicidade legal, mas está incurso em crime de responsabilidade;
- b) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de dano ao erário, mas está sujeito à punição na esfera disciplinar;
- c) não cometeu ato de improbidade administrativa, por falta de repercussão criminal da conduta, mas está sujeito à multa administrativa;
- d) cometeu ato de improbidade administrativa e está sujeito, dentre outras, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.

**02.** João, servidor público ocupante do cargo efetivo, no exercício da função, praticou dois atos administrativos: no primeiro, elaborou um parecer com opinião na qualidade de órgão consultivo sobre assunto técnico de sua competência; no segundo, redigiu um memorando contendo comunicação interna entre agentes de um mesmo órgão, com solicitação de informações para melhor executar a atividade pública. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atos administrativos praticados por João são, respectivamente:

- a) discricionário e requisitório.
- b) enunciativo e ordinatório.
- c) vinculado e precário.
- d) normativo e declaratório.

**03.** Em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade do administrador público que o pratica, o ato de primeira lotação de um Técnico Superior Especializado aprovado em concurso público em determinado órgão e o ato de remoção por antiguidade de um servidor público são, respectivamente, chamados de atos:

- a) simples e de império.
- b) discricionário e vinculado.
- c) enunciativo e de gestão.
- d) declaratório e constitutivo.

**04.** João, servidor público estadual, foi acusado, em um processo penal, da prática do crime de corrupção. Paralelamente, passou a responder, pela mesma conduta, a um processo administrativo, sob a alegação de que praticara uma infração disciplinar, e a um processo civil por ato de improbidade administrativa. Considerando a sistemática vigente, a simultânea instauração das três relações processuais a respeito do mesmo fato está:

- a) correta, pois as instâncias de responsabilização são independentes entre si, influenciando-se nos termos da lei.
- b) incorreta, pois a responsabilização administrativa somente pode ser perquirida após o exaurimento da penal e da cível.
- c) correta, pois as instâncias de responsabilização não têm correlação entre si.
- d) incorreta, pois não é possível que João seja responsabilizado em três instâncias distintas pela prática da mesma conduta.

**05.** A Administração Pública contratou a sociedade empresária Alfa para a construção de um edifício em determinado terreno. Apesar disso, por desorganização interna, atrasou em um ano a liberação do respectivo local, o que impediu o início das obras durante todo esse período. Considerando a sistemática vigente, o referido atraso configura:

- a) fato do príncipe.
- b) alteração unilateral.
- c) fato da Administração.
- d) álea econômica.

**06.** Policiais militares, em operação de combate ao tráfico de entorpecentes, trocaram disparos de arma de fogo com criminosos em comunidade de Belo Horizonte. Durante a troca de tiros, um projétil de arma de fogo atingiu a cabeça da criança João, de 6 anos, que estava de uniforme a caminho da escola e faleceu imediatamente. Câmeras de vigilância e perícia de confronto balístico comprovaram que o disparo que vitimou o menor se originou da arma do PM José. A família de João buscou assistência jurídica da Defensoria Pública, que:

- a) informou da impossibilidade de ajuizar ação indenizatória contra o Estado de Minas Gerais, pois a Defensoria integra o Poder Executivo estadual.
- b) informou da impossibilidade de ajuizar ação indenizatória contra o Estado de Minas Gerais, pois o policial agiu no estrito cumprimento de seu dever legal.
- c) ajuizou ação indenizatória em face do PM José, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, devendo ser comprovado que o policial agiu com culpa ou dolo.

d) ajuizou ação indenizatória em face do Estado de Minas Gerais, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de que o policial agiu com culpa ou dolo.

**07.** Um agente de Polícia Civil, durante ronda em um mercado popular, identifica inúmeras mercadorias falsificadas, realizando prontamente uma apreensão. De acordo com o entendimento da doutrina administrativa, assinale a afirmativa correta:

- a) O ato do agente, na situação, está amparado pelo atributo da autoexecutoriedade;
- b) Desde que tenha autorização judicial, a ação do agente estará correta;
- c) A atitude do agente representa um abuso de poder;
- d) A conduta do guarda deve ser invalidada, devido ao vício de objeto.

**08.** Em uma situação hipotética, um chefe de departamento ordena que seu subordinado o ajude a levar uma mala de dinheiro subtraído das finanças públicas para sua casa, garantindo estar apenas fazendo um empréstimo para pagar dívidas. Estranhando a situação, o subordinado manda uma mensagem para um advogado, perguntando como deve proceder. O advogado, por sua vez, responde, prontamente, que, conforme a doutrina:

- a) o servidor possui o dever legal de obedecer a atos de seu superior hierárquico, de forma inquestionável;
- b) o servidor tem irrestrita liberdade para decidir, em função de sua estabilidade no cargo;
- c) a imperatividade relativiza a atitude do chefe de departamento, invertendo o ônus da prova;
- d) a ordem, por ser manifestamente ilegal, afasta a presunção de legitimidade do ato.

09. O princípio da legalidade na Administração Pública, reconhecido expressamente pela Constituição Federal, surge a partir do conceito de Estado de Direito, e tem, como decorrência:

- a) a liberdade da administração pública para realizar tudo o que não é proibido por lei;
- b) a obrigação do administrador público de fazer apenas o que está previsto em lei;
- c) a impossibilidade de decisões de caráter discricionário por parte da administração pública;
- d) o impedimento da irretroatividade da lei visando preservar a pretensão de direitos públicos.

10. Os atos administrativos, além de regidos pelo preceito da legalidade, devem ser analisados sob os aspectos da lealdade, boa fé e honestidade, conforme previsto no princípio da:

- a) publicidade;
- b) moralidade;
- c) pluralidade;
- d) eficiência.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

11. Em se tratando dos direitos da personalidade, mais especificamente com relação ao nome, assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do STJ e com o Código Civil de 2002:

- a) É vedado ao cônjuge sobrevivente a alteração do nome, ainda que este se encontre em situação de viuvez.
- b) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto nos casos em que não houver intenção difamatória.

c) O pseudônimo, quando utilizado com finalidade lícita, goza da mesma proteção conferida ao nome.

d) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, apenas.

12. Toni, ator muito famoso, em razão de seu sucesso, construiu vultuosa fortuna. Sem herdeiros, quando completou 86 anos, resolveu, por meio de um testamento, destinar todo seu patrimônio para a constituição de uma fundação, cujo objetivo seria fornecer aulas de teatro para crianças carentes. Ocorre, porém, que Toni, em razão da idade avançada, adoeceu e precisou destinar boa parte de sua fortuna aos tratamentos médicos. Quando faleceu, existia apenas um terço do valor necessário para a constituição da fundação. Com base nestes fatos, assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil de 2002:

- a) Como o patrimônio se tornou insuficiente para a constituição da fundação, o restante dos bens deve ser incorporado a uma fundação com finalidade cultural.
- b) Como o patrimônio se tornou insuficiente para a constituição da fundação, o restante dos bens deve ser incorporado a uma fundação com finalidade educacional.
- c) Como o patrimônio se tornou insuficiente para a constituição da fundação, ficará a critério do Ministério Público decidir a destinação dos mesmos.
- d) Como o patrimônio se tornou insuficiente para a constituição da fundação, o restante dos bens deve ser incorporado a outra fundação independentemente de sua finalidade.

13. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 sobre o domicílio, é correto afirmar que:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência independentemente do ânimo, podendo este ser definitivo ou não.
- b) O andarilho ou o itinerante, que não possui residência fixa, terão por domicílio o local em que se estabelecerem com ânimo definitivo.
- c) A mudança de domicílio ocorre a partir da união de dois fatores: a transferência da residência e a intenção manifesta de mudá-lo.
- d) A pessoa que exerça profissão em lugares diversos, deverá eleger apenas um para ser considerado domicílio.

14. Kátia, após adquirir sua Carteira Nacional de Habilitação, resolveu comprar um automóvel. Para isso, foi até a concessionária de Caio. Diante da inexperiência da jovem, Caio ofereceu-lhe um carro recuperado de um grave acidente, pelo dobro do preço, alegando que aquele era o melhor automóvel do mercado. Com um mês de uso, o carro parou de funcionar. Ao leva-lo no mecânico, Kátia descobriu que havia adquirido um veículo recuperado de um acidente com diversas peças danificadas. Diante dos fatos narrados e de acordo com o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) O negócio jurídico está eivado pela lesão, por isso é considerado nulo de pleno direito.
- b) O negócio jurídico está eivado pela lesão e, por tratar-se de um vício oculto, conhecido pelo alienante, este deverá restituir à Kátia o que recebeu somado à perdas e danos, mais as despesas do contrato.
- c) O negócio jurídico está eivado pela lesão e, o direito de Kátia para requerer a redibição é prescricional e de um ano.

d) O negócio jurídico está eivado pela lesão e, o direito de Kátia para requerer a redibição é decadencial, de um ano, contado a partir da compra do veículo.

15. Segundo dispõe o Código Civil de 2002 sobre a doação, assinale a alternativa correta.

- a) A doação somente é possível se feita por meio de escritura pública.
- b) A doação feita ao nascituro valerá, independentemente da aceitação pelo seu representante legal.
- c) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, não importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- d) A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, exceto nos casos em que este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário.

16. Romildo, delegado de polícia, ajuizou uma ação requerendo reparação por danos morais em face do jornal *Pinga Fogo*, o qual por meio de matéria não condizente com a realidade, noticiou que o delegado estaria envolvido com o crime organizado. Alguns meses depois, em razão de uma troca de tiros com criminosos, Romildo acabou falecendo, deixando dois filhos maiores e capazes. O responsável pela morte do policial foi identificado no mesmo dia. Diante da situação narrada e, de acordo com o Código Civil de 2002 e com a Jurisprudência é correto afirmar que:

- a) A ação contra o jornal *Pinga Fogo* será extinta, sendo vedado aos filhos de Romildo darem continuidade a mesma bem como, nada poderão fazer com relação ao responsável pela morte de seu pai.
- b) Os filhos de Romildo nada poderão fazer em com relação à ação movida em face do jornal *Pinga Fogo*, uma vez que esta deve ser extinta, porém, poderão requerer indenização em face do responsável pela morte de seu pai.
- c) Os filhos de Romildo nada poderão requerer em face do responsável pela morte de seu pai, porém, poderão dar continuidade à ação movida contra o jornal *Pinga Fogo*.
- d) Os filhos de Romildo poderão dar continuidade à ação movida em face do jornal *Pinga Fogo*, bem como poderão mover ação indenizatória em face do responsável pela morte de seu pai.

17. De acordo com a Lei 13.146/2015, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- a) Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade,

promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

- b) Sistema educacional excludente em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- c) Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras, porém, não havendo a necessidade de promover a inclusão plena.
- d) Oferta de educação bilíngue, em Libras como segunda língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como primeira, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

18. Sobre a aplicação da Lei, segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é correto afirmar que:

- a) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins econômicos a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- b) A Lei em vigor não terá efeito imediato, ela deverá obedecer à *vacatio legis* estabelecida em cláusula específica.
- c) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- d) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido, porém não a coisa julgada, uma vez que a lei pode retroagir em desfavor do réu.

19. A pessoa idosa, segundo Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, possui garantia de prioridade. Assinale a alternativa que não compreende uma dessas garantias:

- a) Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de noventa anos, atendendo-se suas necessidades sempre em equidade com relação aos demais idosos.
- b) Atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- c) Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações.
- d) Garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

20. Em se tratando da posse, segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) Considera-se possuidor apenas aquele que tem exercício pleno de poderes específicos inerentes à propriedade.
- b) É justa a posse que não for violenta, porém é injusta aquela que não é clandestina ou precária.
- c) É de má-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- d) É considerado detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

21. A respeito do conceito, origem, objeto e relações com outros ramos do Direito, indique a única afirmativa correta a respeito do Direito Constitucional.

- a) A Constituição Federal embora seja a fonte suprema do Direito Constitucional, não é a única. Doutrina e jurisprudência também produzem, ainda que de modo acessório, normas jurídicas destinadas à organização do Estado. Entretanto, a partir do constitucionalismo moderno, momento em que foi consagrado o modelo de constituições escritas, não mais se admitiu o costume como fonte do Direito Constitucional.
- b) A palavra Constituição é recente, surgiu entre os Séculos XVI e XVII, após as Guerras Religiosas. Todavia, desde a Antiguidade, tem-se a ideia de Constituição (concepção de organização de uma sociedade), mesmo sem leis escritas, como foi o caso dos Hebreus, por exemplo, que buscavam nas tábuas dos mandamentos e na orientação dos profetas as normas de sua organização.
- c) Ferdinand Lassalle, precursor da social democracia alemã, defendeu ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.
- d) De acordo com o sentido Jurídico idealizado por Hans Kelsen, a Constituição consiste num sistema de normas jurídicas que regulam outras normas e dão validade a todo o ordenamento jurídico. A validade do Direito posto, nessa concepção jurídica, prima pela aceitação de valores sociais e morais de uma comunidade.



22. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

- a) "Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (art. 5º, inciso III, da CF).
- b) "Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos" (art. 230, § 2º, da CF).
- c) "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens" ( art. 5º, XV, da CF).
- d) "A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública" (art. 88 da CF).

23. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação incorreta:

- a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil. A iniciativa popular, no âmbito federal, requer a manifestação de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, dividido por pelo menos cinco estados da federação, tendo cada um três décimos por cento de seu eleitorado.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal. Por se tratar de limitação material ao poder de reforma da Constituição, nem mesmo por emenda será possível admitir que Estados, Municípios e Distrito Federal possam se desvincular da República Federativa do Brasil.

c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

24. A respeito dos direitos de nacionalidade, escolha a única alternativa correta:

- a) É defeso que brasileiro naturalizado ocupe vaga de deputado federal.
- b) Maria é espanhola e reside no Brasil há sete anos. Está casada com João, brasileiro nato, há cinco anos. Tomando-se por base a legislação brasileira e considerando que Maria se casou no Brasil e que não há nada que possa ferir a sua reputação, é possível concluir que Maria adquiriu, no momento de seu casamento, a nacionalidade brasileira, a partir da aplicação do critério *jure matrimonii*.
- c) A Constituição Federal admite expressamente em seu texto hipóteses de naturalização tácita e de naturalização expressa.
- d) Giovanni é italiano e reside legalmente no Brasil há dezessete anos ininterruptos. Tendo sido aprovado em concurso para analista judiciário do Supremo Tribunal Federal, requereu a naturalização brasileira. Sabendo que Giovanni não tem condenação criminal, poderá o concursando tomar posse no cargo para o qual logrou êxito no certame público, porque a portaria de formal reconhecimento da naturalização, expedida pelo Ministro da Justiça, é de caráter meramente declaratório, de maneira que seus efeitos retroagirão à data do requerimento do interessado.

25. A respeito dos direitos políticos, à luz da Constituição Federal e da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a única assertiva correta:

- a) Os direitos políticos negativos são aqueles consubstanciados em normas que asseguram a participação do indivíduo no processo político.
- b) João é prefeito do Município de Formosa, Goiás. Em razão de estar no segundo mandato consecutivo de prefeito, não poderá concorrer nas próximas eleições (2024) a um terceiro mandato consecutivo. Todavia, desde que renuncie com pelo menos seis meses de antecedência das eleições, poderá concorrer, em 2024, a prefeito de Goiânia, também Município de Goiás.
- c) Cônjuge e parentes até o segundo grau civil do Prefeito, do Governador e do Presidente da República são, em regra, inelegíveis para qualquer cargo na área de atuação do titular. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, o fim da sociedade conjugal, no curso do mandato, não fastia a inelegibilidade.
- d) Céu Azul é Município do Estado da Bahia, que surgiu do desmembramento do Município Céu Estrelado. Maria é casada com João, prefeito do Município Céu Estrelado, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. Sabendo que é inelegível no Município em que seu esposo exerce mandato eletivo, Maria pretende concorrer ao cargo de prefeita do Município de Céu Azul, em razão de ser muito próximo ao lugar em que mora e pelo fato de possuir muitas amigas naquela cidade. Assim, não há impedimento de que Maria concorra ao cargo que almeja, pois a inelegibilidade reflexa só alcança os cargos de prefeito e vereador do Município em que seu cônjuge exerce mandato.

26. No Sistema Presidencialista de Governo, o Chefe do Executivo acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Com base naquilo que está disposto na Constituição Federal de 1988, indique a assertiva em que a atribuição do Presidente da República se dá na qualidade de Chefe de Estado.

- a) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- b) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- c) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- d) decretar e executar a intervenção federal.

27. A respeito da Ordem Social, aponte a alternativa correta:

- a) A demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser feita pelos Estados-membros, observado o disposto em lei federal, de forma a respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições das populações indígenas.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bens da União, são destinadas à posse permanente dos índios, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- c) O primado do trabalho é a base da ordem social, que tem por objetivo, nos termos expressos na Constituição Federal, o bem-estar e a justiça sociais.
- d) b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.

28. A respeito da segurança pública, conforme definição do texto constitucional, aponte a alternativa incorreta.

- a) Polícia Federal, Polícia Penal, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Criminalística e Polícia Rodoviária Federal são exemplos de órgãos de segurança pública.
- b) É atribuição da polícia federal, dentre outras, a de apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- c) A polícia rodoviária federal destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- d) Cabe aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil.

29. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.

30. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

**DIREITO PENAL**

Ivo Martins

**31.** Sobre o crime omissivo impróprio, assinale a alternativa incorreta:

- a) Trata-se de crime próprio, uma vez que o sujeito ativo da conduta deverá possuir qualidade especial.
- b) Admite tanto a forma dolosa, quanto a culposa, cabendo ao intérprete proceder a pesquisa do elemento subjetivo presente na conduta.
- c) Inexiste qualquer relação de causalidade entre a não-conduta e o resultado.
- d) Admite tentativa, neste aspecto se diferenciando dos crimes de omissão própria.

**32.** NÃO é um elemento do tipo culposo de crime:

- a) Conduta involuntária.
- b) Inobservância de dever objetivo de cuidado.
- c) Previsibilidade objetiva.
- d) Tipicidade.

**33.** No crime de peculato culposo, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença, deve ser considerada como:

- a) Causa especial de diminuição de pena.
- b) Excludente de ilicitude.
- c) Excludente de imputabilidade.
- d) Causa de extinção de punibilidade.

**34.** Analise os casos hipotéticos abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Do alto de uma árvore, Joca atira uma fruta contra a cabeça de Maurício. Celso, percebendo a intenção de Joca, assustado e com o fim de evitar a lesão contra Maurício, empurra a vítima com força. Na queda, Maurício acaba por quebrar o braço. Nessa hipótese, tendo Celso agido de forma excessiva, deve responder por lesão corporal dolosa.
- b) O agente que provoca, de forma dolosa, várias lesões corporais, de natureza grave e gravíssima contra a mesma vítima, em um mesmo contexto fático, responde por crime continuado.
- c) Policial Civil que, durante uma festa de casamento, confunde convidado com um “perigoso assaltante” foragido e, imediatamente, dá voz de prisão ao indivíduo que, assustado, corre do policial, fazendo com que este efetue disparos de arma de fogo que atingem mortalmente o convidado pelas costas, segundo a teoria limitada da culpabilidade, atua em discriminante putativa derivada de erro de tipo permissivo.
- d) Semprônio entra em luta corporal contra Beltrano, seu desafeto e, após provocar-lhe vários ferimentos, resolve matá-lo, desferindo contra ele dois disparos de arma de fogo que não atingem a vítima. Preso em flagrante, Semprônio responderá por lesão corporal, tentativa de homicídio e disparo de arma de fogo, em concurso material de crimes.

35. Com relação aos crimes abaixo destacados, é **CORRETO** afirmar que:

- a) é possível a participação de particular no delito de corrupção passiva, já que as circunstâncias de caráter pessoal elementares ao crime se comunicam.
- b) o homicídio praticado com dolo eventual afasta a incidência das circunstâncias qualificadoras, uma vez que o agente não quer diretamente o resultado, apenas assume o risco de produzi-lo.
- c) para a configuração do crime de maus tratos, é necessário submeter a vítima a intenso sofrimento físico ou psíquico, expondo-a a perigo de vida ou de saúde.
- d) caracteriza-se o crime de injúria, ainda que as imputações ofensivas à honra subjetiva da vítima sejam verdadeiras, cabendo exceção da verdade somente se o ofendido for funcionário público e a ofensa relativa ao exercício de suas funções.

### LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

36. Aponte a alternativa correta em relação às diretrizes de política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher:

- a) a integração operacional do Poder Judiciário com o Ministério Público, exceto a Defensoria Pública que atua como parte interessada.
- b) a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para justificar a manutenção da vigência da lei.

c) a implementação de atendimento judicial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

d) a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

37. Qual das alternativas abaixo não apresenta um princípio/diretriz das atividades de atenção e de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares:

- a) estímulo à capacitação técnica e profissional.
- b) efetivação de políticas de reinserção social voltadas à educação continuada e ao trabalho.
- c) atenção aos familiares do usuário ou dependente de drogas durante a sua internação compulsória.
- d) orientação adequada ao usuário ou dependente de drogas quanto às consequências lesivas do uso de drogas, ainda que ocasional.

38. Em investigação direta feita pelo Ministério Público, o representante do *Parquet* toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma organização criminosa na Comarca em que exerce as suas atribuições. Por razões cautelares (urgência e necessidade sob pena de perecimento da medida), intercepta as conversas telefônicas do líder da organização criminosa, comunicando posteriormente o juízo, já com as cópias das degravações. Com relação a essa situação, responda corretamente:

- a) O crime de constituir organização criminosa absorve eventuais delitos de lavagem praticados pela organização.
- b) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial, mesmo em situações de urgência envolvendo organizações criminosas.

- c) O crime de organização criminosa não poderá ser infração penal antecedente do crime de lavagem, pela ausência de previsão legal no rol de crimes antecedentes.
- d) A lei das organizações criminosas possui apenas um tipo penal, justamente a conduta de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa.

**39.** Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) Ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante, a menos que o agente seja reincidente específico.
- b) As contravenções penais serão de competência do JECRIM independentemente da pena máxima de abstrato fixada.
- c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal
- d) Não se admite a citação por edital no rito comum sumaríssimo, ocorrendo o deslocamento de competência.

**40.** A respeito da Lei de Armas, aponte a alternativa integralmente correta no tocante aos tipos penais:

- a) O crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido também receberá a adequação típica em relação à munição.
- b) O estatuto do desarmamento não admite delitos na modalidade omissiva.

- c) O delito de disparo de arma de fogo, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é comum, de perigo abstrato, afiançável e não possui vítima certa e determinada, além de não punir a modalidade culposa.
- d) O crime de comércio ilegal de arma de fogo não admite a adequação típica se o comércio for irregular ou clandestino.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Fernando Bezerra

**41.** De acordo com o Código de Processo Penal, a autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado. O mandado de prisão:

- a) será lavrado e assinado pela autoridade.
- b) designará a pessoa, que tiver de ser presa, por seu nome ou sinais característicos, mas não pode fazer menção a alcunha.
- c) mencionará a infração penal e o resumo dos fatos que motivaram a prisão.
- d) declarará o valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração.

**42.** O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados:

- a) apenas os tratados, convenções e regras de direito internacional.
- b) apenas as regras internacionais e os processos de competência da Justiça Militar.
- c) Não há exceções à aplicação territorial do Código de Processo Penal
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

**43.** De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial será iniciado, exceto:

- a) De ofício pela autoridade;
- b) Requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público;
- c) Requerimento do ofendido, do indiciado ou de quem tiver qualidade para representá-los;
- d) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.

**44.** Incumbirá à autoridade policial:

- a) fornecer à imprensa as informações necessárias acerca do inquérito policial;
- b) decretar a prisão preventiva;
- c) cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;
- d) realizar as diligências requisitadas pelo juiz, Ministério Público e Secretário de Segurança.

**45.** Será admitida a decretação da prisão preventiva, conforme as regras do art. 313 do Código de Processo Penal:

- a) em razão da garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal
- b) quando houver prova da existência do crime, indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado
- c) de ofício pelo juiz na fase de ação penal
- d) dentre outras hipóteses, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

**46.** Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- a) maior de 70 anos;
- b) portador de doença grave independente de sua debilitação;
- c) gestante a partir do 7º mês de gravidez;
- d) imprescindível aos cuidados de pessoa menor de 06 anos de idade ou com deficiência.

**47.** Acerca da lavratura do auto de prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- a) a falta de testemunhas da infração penal impedirá o auto de prisão em flagrante;
- b) na falta ou impedimento do escrivão, a autoridade policial somente poderá designar agentes policiais para lavrar o auto de prisão, devendo estes prestarem compromisso legal;
- c) quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha que tenha ouvido sua leitura na presença do preso;
- d) não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo.

**48.** A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre o preso, serão comunicados imediatamente, EXCETO:

- a) ao magistrado;
- b) ao Ministério público;
- c) à família ou pessoa indicada pelo preso;
- d) à Defensoria pública.

49. Conforme as disposições processuais penais vigentes no Brasil, julgue os itens abaixo.

1. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial;
2. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem;
3. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal;
4. A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente os itens 1, 2 e 3 estão corretos.
- b) Somente os itens 2, 3 e 4 estão corretos.
- c) Somente os itens 1, 3 e 4 estão corretos.
- d) Somente os itens 2 e 3 estão corretos.

50. Sobre a lei processual penal, julgue os itens abaixo.

- I. Terá aplicação imediata, exceto para os processos que versem sobre fatos criminosos cometidos antes de sua vigência.
- II. Admitirá interpretação extensiva e aplicação teratológica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

III. Aplicar-se-á desde logo, exigindo reiteração dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Assinale a sequência correta:

- a) F, F, F
- b) F, V, F
- c) V, F, V
- d) F, F, V

## DIREITO HUMANOS

Rafael Barreto

51. Sobre as características dos direitos humanos, é correto afirmar que são direitos:

- a) universais, porque atribuídos a todos os seres humanos, ressalvados os que estejam em situação de apatridia.
- b) irrenunciáveis, pois não se perdem com a passagem do tempo.
- c) imprescritíveis, porque não têm dimensão pecuniária para fins comerciais.
- d) restringíveis, pois podem ser objeto de restrições por parte do legislador

52. Dos tratados de direitos humanos abaixo relacionados, o único que não foi aprovado no Congresso Nacional pelo rito especial do art. 5º, § 3º, da Constituição, é:

- a) Convenção Interamericana sobre o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância.
- b) Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo
- c) Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.
- d) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso.



**53.** Acerca da Declaração Universal de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) É um documento internacional que pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.
- b) A Declaração constituiu um marco decisivo no processo de generalização da proteção dos direitos humanos, permanecendo como fonte de inspiração e ponto de irradiação e convergência dos instrumentos de direitos humanos em níveis global e regional.
- c) Consagra apenas direitos humanos relativos às liberdades civis e políticas
- d) Estabelece direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais e direitos ambientais.

**54.** O Brasil celebrou um acordo de solução amistosa perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso “Márcio Lapoente”. Sobre esse caso, é incorreto afirmar que:

- a) O caso envolve a morte de um cadete da Primeira Companhia do Curso de Formação da Academia Militar das Agulhas Negras do Exército brasileiro como consequência de ter sido submetido a tortura e maltrato físico por parte dos agentes militares que culminaram em seu falecimento.
- b) O acordo de solução amistosa visou estabelecer medidas para garantir a reparação dos danos sofridos pelos familiares de Márcio Lapoente da Silveira e prevenir possíveis novas violações.
- c) Nos termos do acordo, o Brasil se comprometeu a reconhecer sua responsabilidade em uma cerimônia pública na Academia Militar das Agulhas Negras, com a presença de autoridades públicas e, se desejarem, dos familiares de Márcio Lapoente da Silveira, seus advogados e convidados, ocasião em que o Exército brasileiro reiterará as condolências aos familiares do falecido e instalará, de maneira permanente, uma placa em homenagem aos cadetes falecidos

durante o curso de formação e em homenagem a Márcio Lapoente da Silveira.

- d) Como medida de reparação pecuniária, o Estado brasileiro se comprometeu a pagar uma indenização aos familiares de Márcio Lapoente da Silveira.

**55.** Acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da responsabilidade internacional do Brasil, considerando o caso “Neusa dos Santos”, é incorreto afirmar que:

- a) O caso refere-se à discriminação racial sofrida no ambiente de trabalho por Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira em 1998, bem como à situação de impunidade em relação a esses fatos.
- b) Após anúncio publicado no jornal Folha de S. Paulo sobre uma vaga na empresa Nipomed, Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira, ambas afrodescendentes, compareceram à empresa manifestando interesse pelo cargo e foram informadas pela atendente que todas as vagas foram preenchidas. Entretanto, horas depois, uma mulher branca foi à empresa manifestando interesse na vaga anunciada e foi atendida pela mesma atendente, que a contratou imediatamente.
- c) As vítimas denunciaram o caso às autoridades brasileiras, que adotaram medidas para punir criminalmente o acusado. Além disso, Neusa dos Santos ingressou com ação cível de indenização contra o acusado, que foi julgada procedente.
- d) Em seu Relatório de Mérito, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ressaltou a existência de um contexto geral de discriminação e falta de acesso à justiça para a população afrodescendente no Brasil, em particular as mulheres afrodescendentes, e destacou que os fatos denunciados neste caso coincidem com a informação conhecida pela Comissão neste contexto.

**MEDICINA LEGAL**

Paulo Bilynskyj

**56.** Em relação aos fenômenos cadavéricos, assinale a opção correta:

- a) Os fenômenos cadavéricos não obedecem a padrões sequenciais, pois o seu aparecimento depende de certas circunstâncias.
- b) A circulação póstuma de Brouardel apresenta-se na fase coliquativa.
- c) A rigidez cadavérica será observada nos casos em que o cadáver estava sob esforço físico antes da morte.
- d) A velocidade de putrefação cadavérica varia em função dos fatores ambientais.

**57.** Ao tratarmos dos fenômenos transformativos conservadores, o único que não citar é a:

- a) Corificação.
- b) Maceração.
- c) Calcificação.
- d) Mumificação.

**58.** Foi encontrado um corpo com suspeita de homicídio com arma de fogo, com tiro encostado na região da testa. Durante a necropsia, foi observada a marca da boca do cano da arma. Tal fenômeno corresponde à/ao:

- a) Sinal de Fisch
- b) Boca mina de Hoffmann
- c) Sinal de Werkgaetner
- d) Sinal de Benassi

**59.** Com relação às asfixias, tem-se o seguinte:

- a) O estrangulamento, geralmente, tem origem suicida.
- b) No segundo período do enforcamento, a vítima tem sensação de calor, zumbidos e perda rápida da consciência em razão da constrição da vascularização cerebral.
- c) O sulco produzido pelo enforcamento é oblíquo ascendente e por cima da cartilagem tireoideana.
- d) A esganadura é a asfixia produzida por um laço tracionado no pescoço.

**60.** São sinais externos típicos da asfixia por afogamento (asfixia-submersão).

- a) Pele anserina, cogumelo de espuma e retração dos mamilos.
- b) Maceração epidérmica, rigidez cadavérica precoce e projeção da língua.
- c) Temperatura baixa da pele, projeção da língua e livores com tonalidade vermelho-clara.
- d) Pele da cabeça com cor verde e bronzeada, cogumelo de espumas e tonalidade vermelho-clara dos livores cadavéricos.

**61.** A rigidez cadavérica é um fenômeno abiótico consecutivo de natureza físico-química. Sobre o assunto assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Devido ao fenômeno da rigidez cadavérica, o cadáver adota uma posição de "lutador" com a flexão do antebraço, da perna, dos polegares e pés.
- b) De acordo com a Lei de Nysten há uma ordem de instalação (e dissolução) da rigidez cadavérica.
- c) A rigidez dos membros inferiores acontece, geralmente, entre 6 e 8 horas *post mortem*.
- d) A rigidez inicia-se, via de regra, entre 3 e 4 horas *pós mortem*.

**62.** Quanto ao Sistema dactiloscópico de Vucetich, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Impressões latentes são aquelas que dependem de técnicas reveladoras para serem visualizadas.
- b) A sindactilia é fenômeno que retrata a fusão dos dedos das mãos ou dos pés.
- c) A característica da imutabilidade consiste na propriedade dos desenhos digitais, na qual cada pessoa tem suas características próprias.
- d) Gêmeos univitelinos (idênticos) podem a mesma impressão digital.

**63.** Assinale a alternativa que não assimila corretamente a lesão produzida pela ação contundente e suas características:

- a) Rubefação: trauma leve sem extravasamento de sangue; é o vermelhão que aparece no local atingido.
- b) Petéquias: equimoses puntiformes, pontos de sangue do tamanho da cabeça de um alfinete.
- c) Hematoma: a infiltração hemorrágica nas malhas do tecido de sangue que extravasou de pequenos vasos que se romperam, com preservação da elasticidade e integridade da pele.
- d) Sufusão: equimose extensa que se espalha pela superfície do corpo.

**64.** Assinale a alternativa correta acerca da prova pericial.

- a) É dispensável o exame de corpo de delito quando houver vestígios.
- b) O exame de corpo de delito deve ser realizado por perito oficial portador de curso superior ou técnico.
- c) O exame de corpo de delito indireto ocorre, por exemplo, quando realizado com base em prontuário médico.
- d) A autópsia deve ser feita após seis horas do óbito, sem exceções.

**65.** A sufocação ou constrição das vias respiratórias consiste na asfixia mecânica provocada pelo impedimento direto ou indireto à entrada do ar atmosférico nas vias respiratórias ou por permanência forçada em espaço fechado. São formas de sufocação direta, EXCETO:

- a) Oclusão dos orifícios externos das vias aéreas.
- b) Compressão do tórax.
- c) Oclusão das respiratórias.
- d) Confinamento.

**CRIMINOLOGIA**

Flávio Milhomem

**66.** A menina capixaba de dez anos que engravidou após ter sido estuprada de forma recorrente no Espírito Santo está fora de perigo após realizar legalmente um aborto. O quadro de saúde dela é estável após o procedimento médico para interromper a gestação. O procedimento de aborto foi iniciado no domingo (16) em uma maternidade pública do Recife sob protestos de grupos católicos e evangélicos, liderados por parlamentares conservadores, e concluído nesta segunda. Ela precisou sair de seu estado porque o hospital procurado pela família em Vitória, o Hucam (Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes), negou-se a fazer o procedimento legal com urgência. Liderados pelos parlamentares Joel da Harpa (PP), Clarisa Tércio (PSC) e Cleiton Collins (PP), os ativistas cristãos fizeram rodas de oração no hospital, e médicos do hospital foram chamados de "assassinos". O Ministério Público do Espírito Santo também apura o vazamento das informações, a atuação de grupos que teriam ameaçado a família da criança e publicações de vídeos e informes que podem ter violado as leis vigentes (Folha de São Paulo, edição de 17 de agosto de 2020).

A Secretaria da Educação do Estado de SP demitiu nesta quarta (19) uma professora de educação básica da rede estadual que publicou em uma rede social mensagens dizendo que o caso da menina de dez anos estuprada no Espírito Santo "não foi nenhuma violência".

"Ela já tinha vida sexual há quatro anos com esse homem. Deve ter sido bem paga", afirmou a profissional de educação básica Eliana Nuci de Oliveira em uma postagem. Em outra, ela diz que "crianças se defendem chorando pra mãe, esta menina nunca chorou por quê?". (Folha de São Paulo, edição de 19 de agosto de 2020).

A partir das notícias jornalísticas apresentadas, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

- I - A vitimologia pode ser definida como a ciência que estuda a personalidade da vítima na busca do diagnóstico do crime e de sua proteção.
  - II - O estupro sofrido pela criança configura a vitimização primária.
  - III- Sobrevitimização é aquela causada pelas instâncias formais de controle social, no decorrer do processo de registro e apuração do crime, com o sofrimento adicional causado pela dinâmica do sistema de justiça criminal.
  - IV- A conduta da professora demitida no Estado de São Paulo configura o que se entende por vitimização terciária.
  - V- As ameaças contra família da vítima, investigadas pelo MPES, constituem o que se entende por vitimização secundária.
- a) Apenas uma proposição está errada;
  - b) Estão corretas apenas as proposições I, IV e V;
  - c) Estão corretas apenas as proposições I, II, III e IV;
  - d) Todas as proposições estão corretas.

**67.** Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

- a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.
- b) Os objetos de estudo da Criminologia atual são a vítima, o controle social, a pena e o crime.
- c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.
- d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.

**68.** No que toca às teorias sociológicas da criminologia, pode-se afirmar, salvo:

- a) Na perspectiva macrossociológica, o pensamento criminológico moderno é influenciado por duas visões: a das teorias de consenso e a das teorias de conflito.
- b) As teorias sociológicas de consenso consideram que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam e os indivíduos, que dividem os mesmos valores, concordam com as regras de convívio.
- c) As teorias sociológicas do conflito consideram que a harmonia social advém da coerção e do uso da força, pois as sociedades estão sujeitas a mudanças contínuas e são predispostas à dissolução.
- d) São exemplos de teorias do consenso a Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura do delinquent e a teoria do etiquetamento.

**69.** A respeito da interação entre criminologia, política criminal e direito penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.
- b) Em relação ao conceito de ciência penal total, a criminologia representa o momento decisional; a política criminal, o explicativo-empírico; e o Direito Penal, o normativo.
- c) A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos.
- d) A política criminal constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

**70.** A respeito do realismo criminológico de esquerda, assinale a alternativa que não corresponde à teoria:

- a) Surgiu na América Latina como forma de contrapor o pensamento criminológico eurocêntrico e destacar os problemas da realidade local.
- b) Intitula-se realista em reação aos Idealistas que nos anos oitenta do século passado lideraram a pregação da filosofia sustentada pela Criminologia Crítica em oposição à Criminologia Tradicional.
- c) É uma vertente do abolicionismo penal que defende a superação do direito penal na sociedade atual por meio de uma política criminal pacifista.
- d) Busca reduzir a vitimização dos grupos mais vulneráveis economicamente, que vivem em zonas com alta criminalidade.

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCMG-20-11-2021>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>